



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

---

## O Serviço Social brasileiro e seu caminho para o marxismo

ARIOVALDO, Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** No processo de distanciamento em relação a elementos que estruturam o positivismo francês e o funcionalismo norte-americano, referenciais amplamente adotados pela prática dos assistentes sociais brasileiros na primeira metade do século XX, o Serviço Social no país trilhou o caminho de aproximação contínua, a partir dos anos 1960, com a teoria marxiana e marxista. Aproximações não raras vezes problemáticas, mas que integravam suas tentativas de modernização e ruptura com a prática anterior. Este artigo busca, de modo sintético, apontar para diálogos, mais marxistas que marxianos, estabelecidos por intelectuais no interior do processo de renovação das diretrizes para a profissão, o que se traduziu na apropriação de um amplo leque de perspectivas analíticas que se estende de Althusser a Gramsci, bem como, mais recentemente, a Lukács e Mészáros. Orienta o artigo a compreensão de que, à parte a filiação recente mais sistemática à obra marxiana, as adesões ao marxismo continuam a ser de ordem mais pontuais que orgânicas, resvalando, em vários momentos, para a possibilidade do ecletismo analítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconceituação; modernização do Serviço Social; marxismo

### INTRODUÇÃO

De modo distinto do que ocorreu no continente europeu o Serviço Social, no Brasil, institucionalizou-se tardiamente, isto é, na década de 1930. Embora práticas interventivas de caráter filantrópicas, sob influência da Igreja católica, possam ser verificadas com bastante

---

<sup>1</sup> - Universidade Estadual de Londrina – Pr. Mail: ariovaldosantos1960@gmail.com

anterioridade, suscitando um longo debate sobre o Serviço Social ser ou não continuação das práticas mais tradicionais de ajuda, predomina hoje a compreensão de que a institucionalização da profissão em território nacional atendeu ao objetivo primordial de responder às “refrações da questão social” no estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo, chamado por alguns alguns autores de “fase monopólica” (NETTO, 2012) e por outros “fase tardia” (MANDEL, 1981), o que não exclui a análise do caráter concentrador do próprio movimento do capital.

É, portanto, no processo de inserção cada vez maior do país à esfera do capital monopólico que ocorrerá a institucionalização, via poder de Estado, de um profissional detentor de conhecimentos técnico-operativos para, através de sua mediação, contribuir na manutenção de patamares considerados adequados, pela classe dominante e suas frações, à produção e reprodução do capital. Processo que comporta dois elementos que se tornariam intrínsecos à existência da profissão. De um lado, o fato de que é via Estado que a profissão se institucionaliza. De outra parte, institucionalizada, a profissão passa a fazer parte, também, dos “aparelhos de dominação” (IAMAMOTO E CARVALHO, 1982; FALEIROS, 1985).

## **DESENVOLVIMENTO**

Em suas origens, é marcante um determinado debate entre os primeiros assistentes sociais brasileiros. Trata-se daquele que remete à identificação fetichizada da necessidade de intervir, dentro de uma perspectiva essencialmente positivista, no sentido de conter as tensões resultantes de “disfuncionalidades” resultantes do “desenvolvimento econômico” e que produziam, por sua vez, “comportamentos desviantes” (PINHEIRO, 1985). Por outras palavras, diante de um processo de industrialização acelerado, fazia-se imperativo que os assistentes sociais contribuíssem no sentido de contribuir para a organicidade da vida social, decorrendo daí todo o debate *pós-festum* a respeito da origem conservadora ou do conservadorismo no Serviço Social brasileiro.

A influência da Igreja Católica apenas reforçava a matriz positivista de sociedade proposta pela matriz conservadora durkheimiana. Se simbiose se verifica entre o pensamento da Igreja católica e a concepção positivista de mundo, isto decorre dos pressupostos comuns que alimentam a ambas. Alheias a qualquer proximidade com o marxismo, o que se vê reforçado pelo advento da Revolução Russa de 1917, assume-se, naquilo que Lukács classifica como “teoria geral da manipulação socialmente consciente das massas” (LUKÁCS, 2012, p. 46), o tratamento da questão social pelo viés do restabelecimento necessário da organicidade social com a imprescindível incorporação, por parte dos novos “técnicos sociais”, dos esforços voltados a contribuir para a consecução da harmonia social. Caberia, pois, ao assistente social, afastando-se das teorias que propugnavam a luta entre as classes,

contribuir para atenuar as sequelas que acompanhavam o processo de modernização industrial no país e que afetavam grandes contingentes populacionais, o que se evidenciava nos comportamentos desviantes assumidos por trabalhadores e os filhos das famílias operárias (PINHEIRO, 1985).

O primeiro grande passo no sentido de distanciar-se e, mesmo, buscar a ruptura com essa perspectiva católico-positivista, ou, mesmo, positivista-católica, ocorrerá no início dos anos 1960, com o Movimento de Reconceituação latino-americano, cuja importância é hoje reconhecida entre diferentes autores do Serviço Social, dentro de uma abordagem crítica na qual se procura apontar para as potencialidades e os limites contidos naquelas iniciativas (IAMAMOTO, 2013a; IAMAMOTO, 2013b; NETTO, 2013, SILVA E SILVA, 2013). Será a partir desse momento que ocorrerão os primeiros passos, na América Latina, no sentido de repensar a prática dos assistentes sociais no Continente em geral, e no país, em particular. Esforços que alimentaram não apenas as críticas ao pensamento católico-positivista mais clássico, como também ao funcionalismo norte-americano, colocando em questionamento a forma pela qual até então vinha sendo abordada a questão social. Será, igualmente, a partir dos anos 1960, que ocorrerão as primeiras aproximações do Serviço Social brasileiro a pressupostos teóricos que sedimentam a concepção materialista da história, ou, por outras palavras, a teoria marxiana e seus desdobramentos, a marxista.

Aparentemente linear, a incorporação dos referenciais mais marxistas do que marxianos se fez por vias tortuosas e, não raras vezes, embasadas em leituras reducionistas, muito embora continuamente se evocasse a dialética como referencial de análise. Alinha-se como um dos momentos problemáticos dessa incorporação o tratamento rígido, por exemplo, das relações existentes entre a infra e a supra estrutura, nas quais desaparecem em geral as formulações marxianas de determinação em última instância (CARVALHO, 1986). O mesmo é possível de se verificar na aproximação que estabeleceu o Serviço Social brasileiro, em momento posterior, em relação ao pensamento poulantziano e as reflexões, presentes em seu interior, a respeito da “autonomia relativa do Estado” (POULANTZAS, 1968; POULANTZAS, 1978). E, por fim, registre-se, também, a aproximação com a matriz gramsciana, muitas vezes reduzida à incorporação de conceitos como “hegemonia”, “classes subalternas” e “intelectuais orgânicos”. Destacando-se que, das correntes marxistas, Gramsci tem sido o autor que comparece com maior longevidade, mesmo que sua presença se faça, por vezes, dentro de construções ecléticas, como a proposta por Raquel Raichelis, na qual convivem sem conflitos a matriz gramsciana e a habermasiana (RAICHELIS, 1998).

No processo de aproximação com a teoria marxiana e, mais amplamente, com correntes do marxismo, é inegável que avanços qualitativos foram obtidos pelo Serviço Social brasileiro. Destaque-se, entre eles, primeiramente, a necessidade por parte dos pesquisadores de romperem com a leitura organicista a respeito do Estado. Na contramão do

pensamento que se apropriava da mediação Estado enquanto parte de um todo orgânico e pela via da qual estavam dadas as bases para a existência orgânica e harmônica da sociedade, ganhou corpo, progressivamente, a compreensão de que se estava diante de uma instância cuja finalidade primeira é a de organizar os interesses dominantes, seja do conjunto da classe detentora do capital, seja de suas frações. Por outras palavras, o Estado não é instância neutra dentro da totalidade social mas, sim expressão dos interesses da classe dominante, no caso, a burguesia, visando a existência das condições mais favoráveis possíveis, em cada momento, para a realização da acumulação capitalista.

A esta forma de apreensão do Estado incorporou-se outro elemento, não menos significativo: o reconhecimento de que a realização dos interesses do conjunto da classe dominante, em geral, e de suas frações, em particular, não se processa no âmbito estrito do Estado mas sim que, ao lado e ao redor deste, articulam-se instâncias cuja finalidade precípua é garantir que a dominação se processe pela articulação da dominação e consentimento. Mais especificamente, os “aparatos de dominação” ou “aparelhos ideológicos”.

Tratava-se, seguramente, da incorporação à reflexão de elementos legados pela teoria althusseriana, cuja visibilidade nos anos 1970, influenciou várias áreas de conhecimento no campo das ciências humanas. Porém, independente dos problemas que se faziam presentes no estruturalismo althusseriano, dentre os quais destaque-se a crítica frequente de que os sujeitos desaparecem para só existirem estruturas, o importante a destacar aqui é que a aproximação com esta matriz de pensamento aportou a possibilidade de se pensar o Estado como espaço atravessado pelas relações contraditórias entre as classes.

É inegável, neste movimento de apreensão do complexo social em patamares mais elevados, a influência que teve sobre o Serviço Social brasileiro estudos realizados por Vicente de Paula Faleiros, que, em determinado momento, buscou pensar o Estado como espaço de relações, somando-se a isto o destaque atribuído à força da ideologia na construção das práticas, apontando para a clara influência que, neste momento, tiveram sobre seu pensamento, os estudos de Althusser (FALEIROS, 2001). Ainda que hoje pouco referenciado pelos autores mais em destaque na produção do Serviço Social brasileiro, é inegável que os elementos de reflexão propostos por Faleiros influenciaram diretamente pesquisadores que, a partir dos anos 1980, se lançaram ao processo árduo de repensar a profissão, se deparando com a necessidade de refletir sobre as formas de intervenção e os limites e potencialidades colocados à atuação do profissional pela presença da instância Estado e seus aparatos no interior da totalidade social concreta.

Além de Althusser, por um breve momento o Serviço Social brasileiro flertou com outro autor de grande impacto na produção marxista francesa dos anos 1970. Trata-se aqui de Nicos Poulantzas, e seu clássico livro *Pouvoir politique et classes sociales*, publicado na França no final dos anos 1960. Porém, apesar do leque de possibilidades aberto pelo

pensamento poulantziano da primeira fase, as reflexões que forneceu sobre o Estado não ultrapassaram, no Serviço Social brasileiro, o patamar de superficial incorporação de elementos mais gerais contidas no referido livro. Deixou-se de explorar, por exemplo, a grande contribuição dada por Poulantzas no sentido de estimular uma leitura que pensasse a existência de uma determinada “autonomia relativa do Estado”, questionando, assim, uma ideia frequente no pensamento Reconceituado e, mesmo, após, como é possível de se verificar em Netto, que recorre à concepção de “Estado instrumento” (NETTO, 2012).

Por outras palavras, o flerte poulantziano do Serviço Social brasileiro conduziu à incorporação de novos elementos para se pensar o Estado como mediação dentro da totalidade complexa da estrutura social. Porém, na transição do período positivista/funcionalista para aquele iniciado pelo Movimento de Reconceituação, a abordagem restringiu-se fundamentalmente à leitura do “Estado instrumento”. Permaneceu como uma espécie de flerte em parte da produção do Serviço Social brasileiro a incorporação da concepção de “autonomia relativa do Estado” e, mesmo, no viés gramsciano, daquela de “Estado ampliado”, isto é, do fato desta instância, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo monopolista, apresentar-se como combinação de violência mais consentimento. Portanto, se havia a intenção de ruptura com um marxismo dogmático, também é um fato que os esforços para aprofundar as reflexões indo para além do referencial fornecido por autores como Gramsci, Poulantzas e Althusser ficaram no meio do caminho e, posteriormente, foram abandonados. Assim, em linhas gerais, é possível afirmar que, enquanto na concepção de “Estado instrumento” o referencial é essencialmente aquele da teoria marxiana mais clássica, aprofundada por Lênin, a do “Estado ampliado” e da “autonomia relativa do Estado, buscam incorporar novos elementos que façam avançar o processo de crítica que então estava sendo perseguido pelo Serviço Social, ao menos no plano da produção acadêmica.

Assim, quase ao mesmo tempo em que abriu as portas para incorporar uma leitura mais complexa do Estado, que poderia aportar uma melhor compreensão desta instância por parte do assistente social, os trabalhos acadêmicos produzidos pelo Serviço Social nos anos 1980 e seguintes trataram de fechá-las. E isto no desdobrar de conjunturas que, sob o influxo do pensamento neoliberal, tornaram mais evidente do que em qualquer outro período, o caráter ativo da instância Estado e de seus aparatos de dominação.

Porém, mesmo que a presença de Althusser e Poulantzas tenham pouco influenciado os estudos do Serviço Social nos anos 1980 e seguintes, a sua incorporação momentânea na produção acadêmica apontam para o fato de que se buscava caminhos novos de reflexão que se contrapusessem às práticas anteriores filiadas ao positivismo/funcionalismo. Desse modo, por mais limitadas que tenham sido, essas iniciativas representaram um avanço na medida em que, a partir desse momento, introduziu-se no debate não apenas uma nova leitura sobre

o caráter estrutural do Estado e seus aparatos de dominação como, também, reforçou-se a possibilidade de reconhecimento da complexidade das relações entre as classes

Soma-se a isso que, no processo iniciado pela Reconceituação e aprofundado com as aproximações com a teoria marxiana e marxista de diversos matizes, a categoria contradição aderiu decisivamente ao campo analítico da produção recente do Serviço Social. Certamente, nem sempre ocupando a sua devida estatura analítica, uma vez que, mesmo em autores de envergadura da profissão, muitas vezes a categoria contradição assume mais a dimensão de recurso discursivo do que, propriamente, apreensão das conexões concretas do objeto analisado.

Na prática, a aproximação crítica pretendida pela produção acadêmica do Serviço Social brasileiro, visando superar a “intenção de ruptura” (NETTO, 2013) tem, na maior parte das vezes, sido de ordem mais marxista do que marxiana. Isso se evidencia, por exemplo, no predomínio da concepção gramsciana de “sociedade civil” para a construção do campo de análise em diversos estudos do Serviço Social. O que, por vezes, tem conduzido o pensamento a flertar com referenciais estranhos ao próprio campo marxiano e marxista, em razão de deturpações estabelecidas em conceitos formulados pelos autores clássicos, como é o caso da leitura gramsciana de sociedade civil em Rachel Raichelis, que acaba por transformar Gramsci em um habermasiano (RAICHELIS, 1998). No que concerne à sociedade civil um dos poucos esforços explicativos entre as diferenças na concepção marxiana e gramsciana encontra-se em Duriguetto (DURIGUETTO, 2007).

Através do modo como Gramsci, por exemplo, tem sido referenciado em estudos no âmbito do Serviço Social, não raras vezes a sua nova matriz é dissolvida. De tal modo que de autor italiano, de revolucionário, se converte em um socialdemocrata nas discussões a respeito do Estado ampliado e, mesmo, do potencial das “classes subalternas”. Para esta social-democratização de Gramsci muito tem contribuído a leitura do pensador italiano via fontes secundárias, tais como a popularizada por Carlos Nelson Coutinho e Norberto Bobbio.

Certo é que, assim como ocorreu com Althusser e Poulantzas, a estrutura do pensamento gramsciano foi sendo dissolvida na produção teórica mais recente do Serviço Social brasileiro, não restando de suas contribuições senão o uso frequente de alguns conceitos, tais como “hegemonia”, por vezes deslocado das preocupações que originariamente possuíam. Diante disso, é de se supor que a aproximação a vários autores do leque marxista possuía mais o efeito de busca de caminhos para construir uma nova práxis profissional do que a manifestação de uma adesão orgânica a está ou aquela matriz de pensamento derivada da obra marxiana. Por outras palavras, foi muito mais uma proximidade pontual a determinados conceitos, sem disso extrair todas as consequências implícitas naquela forma de pensamento.

Observa-se, assim, que desde o período da Reconceituação o Serviço Social brasileiro, à parte a adesão aparentemente incondicional ao pensamento “marxiano”, caminhou por uma série de *flertes* com matrizes de pensamento distintas. Inicialmente com Althusser/Poulantzas, posteriormente com Antonio Gramsci e, mais recentemente, com a matriz do pensamento de Georg Lukács e István Meszáros, este último, igualmente, inspirado pelo pensamento lukacsiano. Neste percurso, têm gravitado referenciais de menor expressão, e estranhos ao pensamento marxiano e marxista, junto ao Serviço social brasileiro, como é o caso de Jurgen Habermas e Robert Castell.

Por outras palavras, o Serviço Social brasileiro, apesar das inúmeras declarações de seus principais expoentes acadêmicos, em livros, artigos e entrevistas, de que ressignificou sua prática em razão dos vínculos que passou a estabelecer, sobretudo a partir do Congresso da Virada, com o pensamento marxiano e marxista, continua sendo diretamente influenciado por um certo “modismo”, nos quais os teóricos mais clássicos emergem ou desaparecem. Isso, quando não convivem em um amálgama de conceitos que beira ao ecletismo metodológico refutado por Lukács e Netto.

Da diversidade de teóricos com os quais a produção do Serviço Social brasileiro pós reconceituação buscou estabelecer proximidades ou esforços de adesão, um papel particular encontra-se reservado ao marxista belga Ernest Mandel e, em particular, ao seu livro, O capitalismo tardio (MANDEL, 2001). Este livro tem se constituído em referencial para diversos estudos acadêmicos do Serviço Social brasileiro, o que se explica pelo fato de, no processo de reformulação da práxis a ser adotada pelo profissional do campo dos assistentes sociais, assumiu-se que o tratamento da “questão social” só pode ser efetivamente conduzido se levar-se em consideração a fase monopólica na qual se encontra o modo de produção capitalista. Por outras palavras, a abordagem mandeliana tem sido o farol de milha para se pensar a manifestação do capitalismo monopolista no Brasil, ao que se une, em geral, o recurso ao estudo de José Paulo Netto (2012).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas aproximações realizadas por parte da produção acadêmica brasileira recente do Serviço Social, na qual se procura estreitar os vínculos profissionais com o pensamento marxiano e marxista, observa-se a persistência de um problema de base: em geral, a análise se preocupa muito mais em resgatar categorias e conceitos isolados dos teóricos clássicos. À parte o pensamento marxiano, não se verifica uma verdadeira adesão orgânica a qualquer das correntes marxistas mais clássicas. Não poucas vezes, conceitos como os de “hegemonia”, “sociedade civil” e “intelectuais orgânicos” são elencados mas sem se

aprofundar no necessário tratamento crítico dos mesmos ou, ainda, sem articula-los devidamente e necessariamente a análises da totalidade concreta. O mesmo podendo ser verificado em relação à categoria Estado. Na proximidade a esta ou aquela corrente do marxismo, se vê que o Serviço Social brasileiro, apesar dos esforços realizados, continua tateando em busca do referencial mais adequado para pensar seus problemas teórico-práticos, não sendo estranho, neste sentido, a aproximação mais recente ao pensamento de Lukács e Mészáros, além de outras que nenhuma proximidade tem com esta matriz, como é o caso de Habermas ou Castell.

## REFERÊNCIAS

**BEHRING**, Elaine Rossetti, Política social no capitalismo tardio, S.P., Cortez Editora, 2015, 6ª edição.

**BOSCHETTI**, Ivanete, Assistência social e trabalho no capitalismo, S.P., Cortez Editora, 2016.

**CARVALHO**, Alba Maria Pinho de, A questão da transformação e o trabalho social, S.P., Cortez Editora, 1983.

**FALEIROS**, Vicente de Paula, A política social do Estado capitalista – As funções da Previdência e da Assistência Sociais, S.P., Cortez Editora, 1985, 4ª edição.

**FALEIROS**, Vicente de Paula, Metodologia e Ideologia do Trabalho Social, Cortez Editora, 12ª edição, 2ª reimpressão, 2013.

**FALEIROS**, Vicente de Paula, Saber profissional e poder institucional, S.P., Cortez Editora, 2001, 6ª ed.

**IAMAMOTO**, Marilda e **CARVALHO**, Raul, Relações sociais e Serviço Social no Brasil, S.P., Cortez Editora, 1982, 38ª edição.

**IAMAMOTO**, Marilda Villela, Renovação e Conservadorismo no Serviço Social (ensaios críticos), S.P., Cortez Editora, 2013, 12ª ed.

**IAMAMOTO**, Marilda V., O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. S.P., Cortez Editora, 2013, 23ª edição.

**IAMAMOTO**, Marilda, Serviço Social em tempo de capital fetiche (capital financeiro, trabalho e questão social), S.P., Cortez Editora, 2012, 7ª edição.

**LUKÁCS**, György, Prolegômenos para uma ontologia do ser social, S.P., Boitempo Editorial, 2010, 1ª ed., p. 37.

**MAGALHÃES**, Leila Vello, Metodologia do Serviço Social na América Latina, Cortez Editora, S.P., 1987, 2ª ed., p. 48.

**NETTO**, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 13 ed. São Paulo : Cortez, 2009.

**POULANTZAS**, Nicos, Pouvoir politique et classes sociales, Paris, Librairie François Maspero, 1978.

**QUIROGA**, Consuelo, Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social, Cortez Editora, S.P., 1991.

**RAICHELIS**, Raquel, Legitimidade popular e poder público, S.P., Cortez Editora, 1988.

**RAICHELIS**, Raquel, esfera pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática, S.P., Cortez Editora, 1998.

**SANTOS**, Leila Lima. Marchas e contramarchas do Serviço Social: reexaminando a Reconceituação. IN: Textos do Serviço Social, S.P., Editora Cortez, 1987, 4<sup>o</sup> Ed.

**SANTOS**, Leila Lima, Desenvolvimento do Serviço social na América Latina. In: SANTOS, Leila Lima (org.), Textos de Serviço Social, S.P. Cortez Editora, 1987, 4<sup>a</sup> ed.

**SILVA**, Maria de Guadalupe. Ideologia e Serviço Social (reconceituação latino-americana). S.P., Cortez Editora, 1983.

**SILVA E SILVA**, Maria Ozanira da (org.), O Serviço Social e o popular – resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de ruptura, S.P., Cortez Editora, 7<sup>a</sup> ed, 1<sup>a</sup> reimpressão, 2011.

**VIEIRA**, Balbina Ottoni, História do Serviço Social (contribuição para a construção de sua teoria), R.J., Livraria Agir Editora, 1977.